**CARGOS E SALÁRIOS DOS ENGENHEIROS DE PESCA NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS DO ESTADO DO PARÁ**

**Leonilton Rodrigues Barbosa da Silva1\*; Mayara da Costa Pereira1; Jeanderson da Silva Viana2; Geovana Monteiro Abreu3; Marcos Antônio Souza dos Santos4.**

1 leobarbosa\_s@hotmail.com. Graduado em Engenharia de Pesca/ UFRA-Belém. 2jeanderson.viana@posgrad.ufsc.br. Mestrando em Aquicultura/ UFSC. 3 geovanaabreu32@gmail.com. Discente de Engenharia de Pesca/ UFRA-Belém. 4 marcos.marituba@gmail.com. Docente do Instituto Socioambiental e dos Recursos Hídricos (ISARH)/ UFRA-Belém.

**RESUMO**

O objetivo do levantamento foi identificar o reconhecimento profissional em termos de plano de cargos, carreira e salário dos engenheiros de pesca que atuam em instituições públicas do Estado do Pará. A coleta de dados foi realizada por aplicação de questionário em engenheiros de pesca de órgãos públicos do Estado, totalizando onze entrevistados em instituições municipal, estadual e federal. Os profissionais das prefeituras municipais são concursados com responsabilidade de executar política pública para o setor pesqueiro e demonstraram remuneração em menos da metade do salário fixado na lei 4.950-A/1966, sem apresentar plano de cargos e carreira onde a única forma de ascensão profissional e financeira é por ocupação de funções comissionadas. A nível estadual, foram entrevistados engenheiros de pesca concursados da Secretaria e da Empresa de assistência técnica e extensão rural do Estado. A secretaria de Estado apresenta nove engenheiros de pesca concursados no cargo de técnico em gestão de pesca e aquicultura e são enquadrados na diretoria responsável pelo desenvolvimento do setor. O salário base é em torno de R$ 3000,00 acrescido de auxílio transporte e alimentação, sendo a única forma de progressão profissional através de funções comissionadas (coordenadoria ou diretoria) pois não há plano de cargos e carreiras. A empresa de extensão rural é multidisciplinar no setor agropecuário onde todos os profissionais, inclusive os engenheiros de pesca, exercem função de extensionista rural I com remuneração base de R$ 4.226,00 acrescido de auxílio alimentação e outras recompensas. Apesar de não deter de plano de cargos e carreiras e com progressão somente para funções de chefia, supervisão, diretorias e coordenadorias, a instituição acrescenta o anuênio por tempo de serviço de 1,5% sobre o salário base e mais 10% para o profissional com pós-graduação. Na esfera federal foram entrevistados professores engenheiros de pesca das duas universidades que oferecem o curso no Estado. As remunerações dos professores estiveram entre R$ 4.000,00 e R$ 11.00,00, onde os que possuíam maior tempo de serviço apresentaram maior salário. Os docentes são regidos pelo Plano de Carreira e Cargos do Magistério Federal – PCCMF (Lei 12.772/2012) onde entre as promoções está a progressão por titulação e salário inicial para doutores de R$ 8.400,00. Sabendo que um plano de carreira e remuneração digno é uma das principais formas de reconhecimento profissional, pode-se concluir que as instituições públicas do Estado têm dado descrédito à profissão, explicando apatia e anomia aos programas de fomento público observada nas entrevistas.

**Palavras-chave:** Remuneração;Carreira; Profissão; Reconhecimento.